

## OS PROCESSOS DE BUCKINGHAM E STRAFFORD

FERNANDO WHITAKER DA CUNHA

Filho de Jaime I, Carlos I herdou suas inclinações absolutistas, tentando governar a Inglaterra sem qualquer controle. As dissoluções do Parlamento, as dificuldades econômicas agravadas por insucessos militares, a manutenção de odiados tribunais, como a Câmara da Estrela e a Corte do Norte, ao depois extintos, a violação de direitos e o desrespeito à religião presbiteriana, pretendendo impor uma nova liturgia concebida pelo arcebispo Laud levantaram contra ele a opinião pública, precipitando a guerra civil, que levou à sua derrota, em Naseby, e depois à sua prisão e ao seu julgamento pelo “Longo Parlamento” (assim conhecido por ter durado 13 anos quando foi dissolvido por Cromwell, que nomeou o “Pequeno Parlamento”, como o chamou Carlyle), por ele convocado em 1640, acusado de tirania, traição e assassinato.

Seu interrogatório pelo Presidente Bradshaw foi o choque de duas concepções, porque a monarquia deixava de ser direito divino; para se submeter ao juízo dos homens. Não obstante isso, ao rei chegou a ser negada a palavra, prejudicando-se a sua defesa.

Enfrentou a execução com dignidade, em 1649, chegando a dar, ao carasco, o sinal para que o decapitasse.

Cromwell tomou de sua cabeça ensangüentada, olhando-a, longamente, como Hamlet ao fitar o crâneo de Yerick.

Todavia, a obstinação do rei em não permitir a liberdade religiosa e civil, o que impossibilitava qualquer entendimento, foi a causa principal de sua ruína, cujos precedentes se encontram nos significativos processos de seus favoritos, o Duque do Buckingham e o Conde de Strafford.

O primeiro, que servira Jaime I, exerceu grande influência sobre o filho.

Obteve alta dignidade, exercendo importantes funções. Usou do poder para satisfazer sua cupidez e a do soberano.

Foi corrupto, fechou parlamentos e arrastou o país a guerras danosas.

Inteligente, bem apessoado, tentou seduzir a rainha Ana d'Austria, irritando Luiz XIII e Richelieu (mais tarde Cromwell se aproximaria de Mazarino).

Objetivando vingar-se pretendeu, inutilmente, auxiliar os protestantes, no cerco de La Rochelle. Planejando uma segunda expedição foi ele assassinado, aos 36 anos, por Felton, um sectário, em 1628, para "livrar sua pátria de um flagelo".

Inúmeras vezes, contudo, foi tentado seu impedimento, para afastá-lo do poder, mas a proteção real lhe era um arnez invulnerável.

Conselheiro de caráter diferente foi seu rival Strafford, Defensor das Franquias, negou-se a pagar imposto ilegal, sofrendo a prisão e o exílio, mas possibilitando a adoção da "Petition of Rights" (1628), redigida por Coke. Com a morte de Buckingham, Carlos I fê-lo Presidente da Corte do Norte e governador da Irlanda.

Elevou impostos e prestou relevantes serviços quando o rei governou sem parlamento.

Pym, um parlamentar, provocou investigações contra ele, perante os Lordes, que o condenaram à morte, execução (1641) que prenunciava a do monarca.

Strafford, acusado de inspirador do arbítrio, defendeu-se danadamente.

Abandonado por Carlos I, corajoso é altivamente seguiu para o patíbulo, como o faria Robespierre, no século seguinte. "O cortejo passou próximo ao cárcere onde estava Laud, tendo então Strafford lhe enviado a saudação de despedida", relata E. Momigliano (*Cromwell*, p. 46), em lúcida biografia escudada na correspondência de diplomatas genoveses e venezianos.

Antes do golpe do verdugo, na Torre de Londres, disse profeticamente: "Queira Deus que não caia sobre vossas cabeças uma gota de meu sangue."

Foi reabilitado, no reinado de Carlos II, que, como pai, governou tiranicamente, fechando parlamentos e cercando-se de ministros corruptos, e dos que integravam o deplorável Conselho privado intitulado Cabal (Cabala), denominação tirada do nome de seus membros: Clifford, Ashley, Buckingham (filho do anterior), Arlington e Lauderdale.

Posteriormente, cairia a cabeça do rei (que morreu com dignidade e cujo corpo foi levado secretamente para ser inumado no Castelo de Windsor), significando "um caminho sem retorno" (Christopher Hill), e sob o teocrático e ditatorial governo de Cromwell, que prenunciava o Terror, sucederam-se a dissolução de parlamentos, e as execuções, que sepultavam os sonhos de liberdade, em nome da moral e do civismo.

Contudo, esse homem de bronze, que submeteu a Escócia, a Irlanda e Gales; que foi a raiz do poderio naval inglês, com o "Navigation Act",

ensejador de um grande império; que conquistou a Jamaica e venceu a esquadra holandesa; que escolheu Milton, como secretário (preso, posteriormente, como regicida foi salvo pelo poeta Davenant, retirando-se, então, completamente, da cena política, para uma solidão difícil), ensejaria a primeira Constituição escrita da era moderna.

A Inglaterra, sob sua liderança, tornou-se uma república e a Câmara dos Lordes foi extinta (criou-se, após, uma Câmara Alta), concentrando-se os poderes em uma Assembléia e em um Conselho de Estado, com 38 participantes.

Em 1653, Cromwell convocou um colegiado militar que, entre “orações e decisões”, elaborou Constituição que, enfatizando a pessoa do Lorde Protetor (ele próprio), reconhecia separação de poderes, recaindo a autoridade legislativa no povo reunido em Parlamento e o executivo no Conselho de Estado. A função judicante não passou despercebida.

Determinou-se o número de deputados por Condados e Municípios e fixou-se que os eleitos deveriam possuir numerário mínimo de 200 libras.

Ao Lorde Protetor cabia a renovação do Parlamento, convocando eleições trienais, mas eram ilegíveis, apenas, eleitores, maiores de 21 anos, que fossem religiosos e tivessem boa educação.

O Conselho de Estado, presidido pelo Lorde Protetor, examinava esses requisitos.

O “Instrument of Government”, carta outorgada, ao lado de outras influências, fez-se sentir na Constituição Americana e a figura carismática de Cromwell, misto de César e Washington, admirada por Carlyle, e a quem foi oferecida, também, a coroa se projetou, por sua personalidade, talvez mais que a do Rei, na edificação do perfil do presidente dos Estados Unidos, sem dúvida, um monarca civil.

Quando o enterro de Cromwell passava sob insultos da multidão, seu cadáver, que fora embalsamado, já havia sido enterrado. Com a restauração da monarquia, com Carlos II, a quem vencera na batalha de Worcester, seu corpo, surpreendentemente bem conservado, juntamente com os de Bradahaw, Ireton e Pride foi exumado, pendurado, em Tyburn, na forca e depois sepultado sob ela, sua cabeça exibida em Westminster.

O *processo* a que foi submetido foi uma seqüência de anteriores violências e mostra-nos como o pensamento jurídico-político vai, sofrido e asperamente, desenvolvendo-se no meio do crime e da arbitrariedade.